PROJETO DE LEI Nº 873, DE 2020

Ementa: promove mudanças auxílio-emergencial instituído pela Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências

EMENDA ADITIVA Nº

Art. 1º Acrescente-se alínea "d" ao inciso IV do art. 2º da Lei n. 13.982, de 2020, contido no art. 2º do Projeto de Lei n. 873, de 2020, com a seguinte redação:

| "Art. 2º |
|---|
| IV |
| IV |
| d) produtores em regime de economia solidária, assim |
| considerados os membros diretamente envolvidos na consecução |
| do objetivo social de organizações coletivas de caráter associativo e suprafamiliares, que realizem atividades econômicas |
| permanentes, exceto as relativas à intermediação de mão de obra |
| subordinada, e cujos participantes são trabalhadores e |
| trabalhadoras do meio urbano ou rural e exercem |
| democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos |
| resultados." (NR) |

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2020.

JUSTIFICATIVA

A emenda busca a inclusão, entre os beneficiários do auxílio-emergencial, dos trabalhadores e trabalhadoras que exercem suas atividades por meio de empreendimentos de economia solidária que, mesmo com as lacunas de políticas públicas de fomento, vêm



se consolidando como modelo de produção capaz de promover a valorização social do trabalho e da livre iniciativa, e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, ideários da nossa República. Vale aqui mencionar que esse modelo de empreendimento econômico, cujos olhos são voltados especialmente ao desenvolvimento social e humano, está na pauta deste Parlamento, notadamente nas discussões do PL n. 6606, de 2019, e, encontrando espaço normativo e de fomento adequado para progredir, pode se tornar a alternativa mais viável para a retomada da geração de emprego e renda no nosso país.



Deputado Federal Bira do Pindaré PSB/MA